

## Teoria Organizacional: Uma Análise a partir dos Conceitos de Papel Social e de Novo Espírito do Capitalismo<sup>1</sup>

Pedro de FIGUEIREDO<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Este artigo se propõe a pensar a Teoria Organizacional do Jornalismo a partir de outros autores das ciências sociais, cujas ideias acabam convergindo com o pensamento de Warren Breed. O jornalista ao exercer seu papel social, numa apropriação de Erving Goffman, acaba atuando para a eficácia do sistema do qual faz parte, ponto em que se relaciona com Boltanski e Chiapello. Na correlação com outros autores, a Teoria Organizacional se confirma e reafirma e demonstra que o jornalista precisa estar engajado para seguir em sua carreira.

**Palavras-chave:** jornalista; teoria organizacional; Warren Breed; Erving Goffman; Boltanski e Chiapello.

O jornalismo não é o território das certezas. Pelo contrário. Apesar da teoria do “espelho” sugerir que a prática jornalística reflete a realidade sem nenhum tipo de construção, distorção e nem variação, todas as teorias do jornalismo posteriores discutem de alguma forma os processos jornalísticos e suas relações de poder – internas, externas, construídas e pré-existentes. Nesses processos e relações o protagonista da prática dos *media* é sempre o jornalista. É o papel que esse/a profissional exerce que vamos discutir nesse artigo. Neste contexto, nossa ideia é mostrar que as relações entre os textos de Goffman e Boltanski e Chiapello podem extrapolar o campo da sociologia, se aproximando de autores mais relacionados a estudos da mídia e do jornalismo.

Nelson Traquina (2004) apresenta as principais correntes dos teóricos do jornalismo. Entre elas, a Teoria Organizacional, cujos autores defendem que a cadeia organizacional da empresa jornalística influencia nas ações e decisões dos jornalistas no processo de seleção e redação das notícias.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, email: [pedro.figueiredo91@gmail.com](mailto:pedro.figueiredo91@gmail.com).

## A Teoria Organizacional

Em seu artigo “Controlo social na redação, uma análise funcional”, Warren Breed desenvolve as premissas do que se denomina “Teoria Organizacional”. Breed foi um sociólogo norte-americano, que se especializou no estudo das relações de trabalho e controle nas redações. No texto citado, aplica ao jornalismo as regras de funcionamento de políticas dentro das empresas. Para Breed, é o diretor de redação ou editor-chefe ou *publisher*, nas palavras dele, o responsável por determinar as diretrizes do que deve ser feito pelos jornalistas, que denomina *staffers*.

O autor argumenta que os jornalistas não costumam aceitar as políticas editoriais em um primeiro momento em função de três motivos: das normas de ética da profissão, do fato dos *staffers* serem geralmente mais liberais do que os *publishers* e pelo tabu que impede que os chefes obriguem os subordinados a aceitarem suas imposições. No entanto, Breed argumenta que, para burlar a possibilidade de não-aceitação, o processo de interiorização das normas e políticas editoriais do jornal se dá de maneira sutil.

O primeiro mecanismo que promove o conformismo é a socialização do redactor no que diz respeito às normas do seu trabalho. Quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca lhe será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após a outra, vieram-no confirmar. A observação mais comum era: ‘Nunca, nos meus anos de jornal, me disseram como se orienta a notícia’. Nenhum dos jornais do inquérito possuía um programa de formação para os novos; alguns distribuíram um livro de estilo, mas este trata de estilo literário não de política editorial. Além disso, os repórteres são pessoas muito ocupadas e têm pouco tempo para treino de recruta. No entanto, todos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que aprendem por osmose. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e aprendem as regras como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. (BREED, 1999: 154/155).

Ou seja, a sutileza dessa interiorização ocorre em processos corriqueiros do dia a dia de uma redação, como na conversa com os jornalistas mais velhos e na leitura do próprio jornal. Neste caso, o *staffer* pode observar, por exemplo, se alguma parte do texto dele foi editado e, se tiver sido, entender que aquilo não combina com a política da publicação. Michael Kunczik (2002) também defende que a leitura do próprio jornal e dos concorrentes pode ser entendida como uma forma de controle na redação: “Isso ocorre

especialmente com os artigos ligados às políticas básicas do jornal. A leitura recíproca é um ato de autocontrole voluntário pelos colegas que os interessados, quase sem exceção, consideram positivo” (id., ib.: 168).

Apesar desse processo sutil de controle na redação, Breed argumenta que o jornalista consente de alguma forma com essas limitações e aprende a conviver com elas. Ele enumera seis razões principais para esse conformismo. São elas:

1. Autoridade institucional e sanções. [...] O medo das sanções, mais do que a sua invocação, é um dos razões que levam ao conformismo, mas não é tão forte como poderia parecer à primeira vista. (BREED, 2009: 157).
2. Sentimentos de obrigação e estima para com os superiores. [...] Deve-se respeito aos jornalistas mais velhos que tenham servido de modelo aos calouros ou que tenham, de qualquer outro modo, prestado ajuda. Tais obrigações e sentimentos pessoais calorosos para com os superiores têm um papel estratégico no seu ‘aliciamento’ para o conformismo. (id., ib.: 158)
3. Aspirações de mobilidade. Na resposta a uma pergunta sobre ambição, todos os *staffers* mais novos mostraram desejos de alcançar uma posição de relevo. Todos concordavam em que lutar contra a orientação política constituía um grande obstáculo para a consecução desse objetivo. (id., ib.: 158).
4. Ausência de grupos de lealdade em conflito. (id., ib.: 158).
5. O prazer da atividade. [...] O jornalista gosta do seu trabalho. [...] O staffer sente-se, por vezes, parte integrante de uma empresa em plena atividade. A sua moral é boa. Muitos jornalistas poderiam concorrer a empregos melhor remunerados, na publicidade e nas relações públicas, mas permanecem no jornal. (id., ib.: 158/159).
6. A notícia torna-se um valor. [...] Uma consequência desta ênfase na notícia enquanto valor central é o afastamento do seu forte interesse na objectividade para evitar conflitos sobre a orientação política do jornal. Em vez de mobilizar os seus esforços para estabelecer a objectividade sobre a política editorial, como o critério para a execução, as suas energias são canalizadas para a obtenção de mais notícias. (id., ib.: 159).

A partir desses motivos, Breed entende que o jornalista não discute a política editorial e se conforma com ela. Desta forma, o autor consegue explicar o que seria a incorporação das regras por “osmose” a que os jornalistas tanto se referiam nas entrevistas que lhes foram concedidas. É importante destacar que, para o autor, os jornalistas, de fato, aceitam e interiorizam essas políticas, tanto que, em alguns casos, podem usar a falta de clareza ou o status adquirido para subvertê-las (BREED, 1999: 162 /163). Para Traquina (2004),

“segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística” (TRAQUINA, 2004: 157/ 158).

Na mesma linha, John Soloski argumenta que a redação é um ambiente de alta efemeridade e que o profissional precisa ter uma determinada autonomia para trabalhar. Segundo ele, o estabelecimento de regras fixas não contemplaria as multiplicidades de possibilidades do trabalho jornalístico. Logo, “um método mais eficiente para controlar o comportamento em organizações não-burocráticas, como as organizações jornalísticas, é através do profissionalismo” (SOLOSKI, 1999: 93). Para ele, esse profissionalismo cria padrões de comportamento a serem seguidos. Desta forma, o autor conclui que “a natureza organizacional das notícias é determinada pela interação entre o mecanismo de controle transorganizacional representado pelo profissionalismo jornalístico e os mecanismos de controle representados pela política editorial” (id., ib.:100). Ou seja, trata-se de uma “autonomia consentida” – como define James Curran (1990) e explica Traquina (2004) –, “[...] isto é, a autonomia do jornalista é permitida enquanto for exercida em conformidade com os requisitos da empresa jornalística” (TRAQUINA, 2004: 157).

O objetivo deste artigo é permitir pensar a Teoria Organizacional à luz de outros autores da sociologia tradicional que não estudaram essencialmente o jornalismo. Nas próximas seções vamos falar das obras de Erving Goffman e de Luc Boltanski e Eve Chiapello.

### **Goffman e o conceito de papel social**

“A Representação do Eu na Vida Cotidiana” é considerada por críticos como uma das três obras mais importantes da carreira de Erving Goffman. Nascido no Canadá, o sociólogo foi um dos principais representantes da renomada Escola de Chicago. O livro – cujo título original é “The presentation of self in everyday life”, o que corresponderia a algo do tipo “A apresentação do self na vida cotidiana” – é de 1959 e trata do trabalho rotineiro e despercebido que todos fazemos para vivermos em sociedade e não cometermos deslizes nas relações sociais do dia a dia. Para essa explicação, Goffman cria uma metáfora a partir do teatro para descrever e conceituar os processos interacionais pelos quais as pessoas participam o tempo todo.

*Interação*, para ele, é “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações um dos outros, quando em presença física imediata” (GOFFMAN, 2014: 28). A centralidade

do conceito de “interação” se justifica, pois Goffman faz parte da corrente do interacionismo simbólico – abordagem considerada como microsociológica por não conseguir dar conta de toda a ordem social, mas sim das pequenas interações rotineiras. Essa corrente teve origem na obra de George H. Mead – que trabalha a questão da formação do eu. Nas palavras de Berger e Luckmann (2014 [1966]), que também são influenciados por Mead, “a formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados por outros significativos” (2014 [1966]: 71). A partir desses processos de interação com o ambiente e com os outros, o indivíduo passa a executar papéis nos seus diversos níveis de interação. Berger e Luckmann defendem que esses papéis são os meios pelos quais as instituições se expressam no mundo real: “Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa do mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (id., ib.: 100). A publicação de “A construção social da realidade” (1966) é relativamente contemporânea à da “Representação do Eu”, o que permite observar esses diálogos sendo visíveis, já que é justamente no processo de desmistificar a execução desses papéis e nos processos de interação pelos quais os indivíduos relacionam e executam os diferentes papéis sociais, que Goffman vai se debruçar.

O conceito de *papel social*, inclusive, será definido por Goffman como um ou mais movimentos representados “pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas” (GOFFMAN, 2014: 28). De acordo com o autor, o indivíduo pode representar um ou mais papéis sociais, dependendo do ambiente e da situação em que está vivendo. Além de interação e papel social, outro conceito-chave, e talvez o mais importante, para entender a obra de Goffman é o de *definição de situação*. Ou seja, o rápido pensamento no qual o indivíduo avalia aquele momento ou aquela situação em que se encontra e que decide como agir. O primeiro parágrafo do livro traz uma exemplificação sobre como esse conceito é exercido na rotina das pessoas:

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. Estarão interessados na situação socioeconômica geral, no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece etc. Embora algumas destas informações pareçam ser procuradas como um fim em si mesmo, há comumente razões bem práticas para obtê-las. A informação a respeito do

indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para obter dele a resposta adequada (GOFFMAN, 2014: 13).

Essa definição não é individual e nem eventual: é coletiva e constante. A cada interação, o tempo todo, a pessoa define a situação em que está interagindo, assim como está sendo avaliada por aquele com quem interage. Nas palavras do autor:

Quando permitimos que o indivíduo projete uma definição de situação diante dos outros, devemos ver também que os outros, mesmo que o seu papel pareça passivo, projetarão de maneira efetiva uma definição da situação, em virtude da resposta dada ao indivíduo e por quaisquer linhas de ação que inaugurem com relação a ele (GOFFMAN, 2014: 21).

A partir da definição de situação, o indivíduo escolherá qual a melhor representação ou qual o melhor papel lhe cabe exercer naquele momento. É importante destacar que, para o autor, independentemente da intencionalidade, o ser humano, por natureza, está sempre representando algum papel. Isto é, o ato de representar não é uma atitude que remeta à enganação ou a algum tipo de falsidade. Ao citar Robert Park, Goffman defende que representar é o ato pelo qual o indivíduo se torna uma pessoa.

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra ‘pessoa’, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel [...] É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros. É nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos. Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos para chegar a viver – esta máscara é nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. [...] Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos caráter e nos tornamos pessoas (PARK, 1950 apud GOFFMAN, 2014: 33/34).

No teatro alegórico de Goffman, o ato de representar acontece em uma *fachada*, que é composta por três elementos: o ambiente, a aparência – estímulos que nos revelam o status social do ator – e a maneira – estímulos que funcionam “para nos informar sobre o papel de interação que o ator deseja desempenhar na situação que se aproxima” (GOFFMAN, 2014: 36). Para cada papel social exercido por uma pessoa, já há um tipo de representação esperada dele. “Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel” (id., ib.: 40). Para convencer o público, o ator precisa expressar mais do que a fachada esperada para seu papel: ele precisa de uma realização dramática, “pois se a atividade do indivíduo,

tem de tornar-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de tal modo que expresse, durante a interação, o que ele precisa transmitir” (id., ib.: 43), o que inclui, por exemplo, sentimentos e expressões que deem credibilidade à encenação.

Mais do que isso, os atores tendem a oferecer ao público uma versão idealizada de si, chegando a ocultar do público possíveis erros que possam criar dúvidas sobre o aspecto de verdade da representação. Neste processo, acontece o que Goffman chama de *segregação do auditório*: “Graças à segregação do auditório o indivíduo garante que aqueles diante dos quais desempenha um de seus papéis não serão as mesmas pessoas para as quais representará um outro papel num ambiente diferente” (GOFFMAN, 2014: 61). Em outras palavras, o ator limita sua apresentação à parte do auditório que lhe interessa e que também tem interesse no tema que ele está representado. No entanto, nenhuma limitação seria suficiente, se o indivíduo não conseguisse manter o controle sobre as expressões que emite para que sua representação não soe falsa.

Em outras palavras, devemos estar capacitados para compreender que a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratemplos. [...] Como seres humanos somos, presumivelmente, criaturas com impulsos variáveis, com estados de espírito e energias que mudam de um momento para outro. Quando, porém, revestimo-nos do caráter de personagens em face de um público, não devemos estar sujeitos a altos e baixos (GOFFMAN, 2014: 68/69).

Uma representação tida como falsa pode gerar descrédito e distanciamento dos demais participantes da interação. Porém, essa percepção da melhor atuação e de como se portar em determinados ambientes e situações pode variar ao longo da vida e dos papéis exercidos pelos atores, o que exige uma reflexão por parte de quem atua. “Quando o indivíduo passa a uma nova posição na sociedade e consegue um novo papel a desempenhar, provavelmente não será informado, com todos os detalhes, sobre o modo como deverá se conduzir [...]” (GOFFMAN, 2014: 86). Na observação do autor, os diferentes modos de cultura podem, dessa forma, gerar diferentes formas de ver a realidade social e de como se portar nessas interações que acontecem.

### **O espírito do capitalismo de Boltanski e Chiapello**

O sociólogo francês Luc Boltanski escreveu um prefácio para a tradução para a língua francesa de “A representação do eu...” que – segundo o próprio autor em entrevista

para a revista *Plural*<sup>3</sup> – não foi aceito por ser “muito crítica” a Goffman. No texto<sup>4</sup>, Boltanski criticara um otimismo exacerbado na busca por um acordo social e a ideia de criação permanente de um social. Divergências conceituais à parte, a ideia aqui é buscar pontos de contato entre o texto de Goffman e o que Boltanski escreve com a também socióloga francesa Ève Chiapello. “O novo espírito de capitalismo” é de 1999 e teve como pano de fundo o crescimento do desemprego, principalmente entre os jovens, na Europa dos anos 1990. A obra chegou ao Brasil em 2009 e já no título faz uma intertextualidade com o conceito de *espírito do capitalismo*, conceito clássico do alemão Max Weber.

Para os autores, todo trabalho assalariado se distingue do escravo ou forçado, porque tanto o trabalhador quanto o capitalista têm o direito a recusar as formas de labor propostas pelo outro, mesmo considerando que o proletário é a parte mais frágil dessa relação e que dedica naturalmente uma submissão voluntária ao seu trabalho. De acordo com Boltanski e Chiapello, “o trabalhador é teoricamente livre para recusar-se a trabalhar nas condições propostas pelo capitalista, assim como este tem a liberdade de não propor emprego nas condições demandadas pelo trabalhador” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 37/38). A partir dessa contextualização, os autores tentam entender o que leva os trabalhadores a se emprenharem, pois, no entendimento deles, “o salário constitui, no máximo, um motivo para ficar num emprego mas não para empenhar-se” (id., ib.: 39). É aí que se chega ao conceito de espírito do capitalismo: “Chamamos de espírito do capitalismo: *a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo*” (id., ib.: 39, grifos do original). O conceito de ideologia, aqui, tem uma perspectiva diferente daquela proposta por Marx.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista. Nesse caso, pode-se falar de *ideologia dominante*, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes

---

<sup>3</sup> BOLTANSKI, Luc. “Uma crítica para o presente” (entrevista concedida à Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira). *Revista Plural*, v.21.1. São Paulo: 2014, pp.217-230. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/83629/86559>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2016 às 14h46.

<sup>4</sup> Cf BOLTANSKI, Luc. “Erving Goffman et le temps du soupçon”. In: “Informations sur les sciences sociales, v. 12, n. 3, p. 127-147, 1973”.



no processo, tanto os fortes como os fracos, apoia-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 42, grifos originais).

Para a autora e o autor, no espírito do capitalismo estão incluídas três premissas fundamentais: “progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais” (id., ib.: 45/46). Desta forma, é necessário entender o que move essas pessoas. Ou, nos termos da obra, qual é o espírito do qual tanto o funcionário mais humilde quanto o capitalista mais severo estão imbuídos para dedicar seus esforços em prol do lucro de onde trabalham.

Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhes apresentado em atividades que, em comparação com as oportunidades alternativas, possam ser qualificadas de ‘estimulantes’, ou seja, de modo muito geral, capazes de oferecer, ainda que de maneiras diferentes em diferentes épocas, possibilidades de autorrealização e espaços de liberdade de ação (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 48).

Boltanski e Chiapello argumentam que, além da autonomia, são necessárias as garantias que a crença no bem comum ou no que conhecemos por estado de bem-estar social proporcionam para os seus integrantes.

Os autores debatem e enumeram as etapas de evolução desse espírito do capitalismo. O primeiro espírito era daquele típico herói-empresário – donos de empresas familiares que em atitudes quase heroicas conseguiram reunir dinheiro para poder construir a corporação e que conheciam pessoalmente os funcionários pelo nome. Nessa época, os rumos das empresas dependiam essencialmente de questões familiares. No segundo espírito, os burgueses donos de companhias familiares cedem espaço para os gerentes e diretores de grandes corporações, muitas vezes multinacionais, nas quais o capital deixa de ser familiar e se torna aberto e anônimo. Por sua vez, o terceiro espírito, que está ainda em desenvolvimento, deverá ser sintonizado com a característica globalizante do capitalismo de hoje, onde as fronteiras deixaram de existir. Independente da fase da história do sistema, o espírito tem características em comum:

Vimos que, para conseguir engajar as pessoas indispensáveis à busca da acumulação, o capitalismo devia incorporar um espírito capaz de oferecer perspectivas sedutoras e estimulantes de vida, oferecendo ao mesmo tempo garantias de segurança e razões morais para se fazer o que se faz [...] O espírito do capitalismo deve atender a uma exigência de autojustificação, especialmente para resistir à crítica anticapitalista, o que implica uma referência a convenções

de validade geral quanto àquilo que é justo ou injusto (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 58).

De acordo com Boltanski e Chiapello, a manutenção do sistema capitalista e as diferentes etapas de evolução de seu espírito estão relacionadas às críticas que o capitalismo recebe. Para o autor e a autora, as críticas podem deslegitimar os espíritos anteriores, fazer com que aqueles que exercem o papel de porta-vozes do sistema o defendam justificando um bem comum e incorporando parte dos valores pelo qual era criticado e provocar uma transformação que, ao invés de gerar maior igualdade social, beneficia apenas os próprios capitalistas.

### **Goffman, Boltanski e Chiapello**

Boltanski e Chiapello se aproximam de Goffman na medida em que os defensores e os críticos do capitalismo estão, simultaneamente, representando papéis nas relações cotidianas, que contribuem para a manutenção do sistema. Nas palavras do autor e da autora francesa:

Se o capitalismo não só sobreviveu – contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada -, como também não parou de ampliar o seu império, foi porque pôde apoiar-se em certo número de representações – capazes de guiar a ação – e justificações compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 41/42).

Essas justificações, por sua vez, são pensadas e difundidas por outros tantos que exercem o papel de porta-vozes do sistema e que – usando um termo de Goffman – atuam como defensores do sistema ou propagando os valores do espírito dominante.

Ser um capitalista nada mais é que exercer na fachada da representação um papel social previamente estabelecido e, como tal, maneiras de portar já definidas antes mesmo do exercício de representar. Os capitalistas – “são eles grandes proprietários, diretores assalariados de empresas, administradores de fundos ou grandes acionistas [...]” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 37) – vão representar nas fachadas destinadas para essas funções, “quer a investidora no papel tenha sido primordialmente motivada pelo desejo de desempenhar a mencionada tarefa, quer pelo desejo de manter a fachada correspondente, o ator verificará que deve fazer ambas as coisas” (GOFFMAN, 2014: 40).

No ato de representar na defesa do sistema capitalista, a impressão da realidade pode se tornar frágil e suscitar dúvidas. “Em outras palavras, devemos estar capacitados para compreender que a impressão de realidade criada por uma representação é uma coisa delicada, frágil, que pode ser quebrada por minúsculos contratempos” (GOFFMAN, 2014: 68). Esses minúsculos contratempos, na analogia com a representação capitalista, seriam as críticas. E, para que a impressão de realidade não se quebre, uma das estratégias dos atores que exercem esse espírito do capitalismo é a de incorporarem parte das críticas da plateia, de modo a seguir em frente sem maiores rupturas.

E, quando o capitalismo é obrigado a responder efetivamente às questões levantadas pela crítica, para procurar apaziguá-la e conservar a adesão de suas tropas, que poderão dar ouvidos às denúncias, ele incorpora, nessa operação, uma parte dos valores em nome dos quais era criticado (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009: 63).

Seja na fase do herói-empresário ou na dos gerentes e diretores de corporação, o papel de defesa do sistema é exercido diariamente por aqueles que incorporam às suas representações de funcionários um engajamento que ultrapassa a questão do salário que recebem para exercer determinada função: o espírito do capitalismo. O desempenho desse engajamento “[...] tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (GOFFMAN, 2014: 48). Ou seja, para a representação do engajamento corporativo fazer sentido é necessário que haja uma cultura do “envolvimento do pessoal”, cuja propagação se dá por aqueles que exercem os papéis de porta-vozes do sistema. É a crença coletiva e, ao mesmo tempo, a busca por vantagens e pelo lucro e por uma suposta cidade de bem-estar social que, segundo os autores, motiva a continuidade dessas representações.

No entanto, os interesses dos grandes capitalistas, dos diretores e gerentes de empresas que estão por trás dessa representação do engajamento não podem se tornar visíveis. É muito comum observar que grandes capitalistas têm uma certa discrição ao tratar da sua vida íntima ou do luxo em que vivem. Isso se dá a partir do que Goffman chama de “segregação de auditório”: “Se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles” (GOFFMAN, 2014: 54). A incompatibilidade aqui se justifica no fato de que, apesar do engajamento coletivo, poucos são os que usufruem do capital e das

posses. Logo, revelar uma vida glamorosa pode soar dissonante da representação pensada para toda a sociedade. Aqui acaba o que Kunczik (2002) chama de “ilusão da profissão livre”, ou seja, de que “o jornalista é independente, dinâmico e duro, como o detetive particular” (KUNCZIK, 2002: 151). A Teoria Organizacional aqui apresenta um auditório segregado a partir do momento em que o jornalista não revela ao público que consente com as normas editoriais de onde trabalha em troca de benefícios, seja manter o papel social que exerce ou promoções futuras.

Para a teoria organizacional e especialmente a obra de Warren Breed, o novo jornalista incorpora as normas editoriais do veículo por onde trabalha. Ele argumenta que isso se dá a partir de alguns fatores, como as aspirações de mobilidade dos jornalistas, o prazer da atividade e o valor das notícias, entre outros. Para ele (BREED, 1993 [1955]), os ‘staffers’, como ele se refere aos jornalistas da equipe, ‘são livres de discutir as decisões sobre as notícias com os executivos em breves conferências, mas, geralmente, os argumentos giram mais à volta de aspectos de noticiabilidade do que da política editorial como tal’ (p.162), sendo assim, implicitamente, essas normas editoriais são apreendidas e o jornalista que tem pretensões na carreira tende a adotá-las para antecipar uma possível revisão do seu texto pelo editor (FIGUEIREDO e SAUDINO, 2015: 3).

Em outras palavras, o que Breed defende é que o jornalista – para poder seguir em sua carreira e ambicionar voos mais altos – precisa estar “engajado” na norma editorial do veículo onde trabalha. Este engajamento se dá por meio da apreensão das normas editoriais do próprio veículo e pela ideia de um “profissionalismo” – retomando a obra de John Soloski (1999) – que não o permite infringir essas normas depois de apreendidas. Em uma sociedade capitalista, os veículos de comunicação são grandes empresas, que têm em sua estrutura os capitalistas, representados pelos diretores e gerentes. Isso aproxima essa teoria do chamado “espírito do capitalismo”. Ao mesmo tempo, ao exercerem seu “profissionalismo” os jornalistas cumprem seus papéis sociais e participam das interações que constituem a essência do seu trabalho, sempre assumindo uma fachada supostamente pré-determinada de defesa da verdade e da apuração mais verdadeira possível dos fatos.

### **Uma discussão aberta**

É possível relacionar os motivos para o conformismo jornalístico com o “espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello e com a interação entre os papeis de Goffman. O *staffer* e o *publisher*, de Breed, são papeis sociais exercidos no “palco” da redação

jornalística. Ao exercer seu papel, este *staffer* incorpora o que Boltanski e Chiapello chamam de “espírito do capitalismo”.

Ao entrevistar os jornalistas, Breed percebeu que as aspirações de mobilidade são um dos motivos que levam ao conformismo dos jornalistas com a política editorial que lhes é imposta. Isso exigiria um comportamento adequado no tempo presente com o objetivo de subir na carreira no futuro, ou seja, “na prática, alguns mais teimosos salientaram que uma boa tática para avançarem era arranjar ‘grandes estórias’ na Primeira Página; isto significa, automaticamente, não interferir na política do jornal” (BREED, 1999: 158). Em outras palavras, Breed argumenta na conclusão que o espírito do jornalista busca um reconhecimento pelos seus pares, por aqueles que podem elevá-lo de cargo e função. “A fonte de recompensas do jornalista não se localiza entre os leitores, que são manifestamente os seus clientes, mas entre os seus colegas e superiores” (id.; ib.: 166).

Da mesma forma, o defensor da Teoria Organizacional argumenta que outra razão para o conformismo é a o papel social que o repórter exerce. Ser jornalista, segundo ele, é bom, é um papel exercido com orgulho, cheio, inclusive, de gratificações não-financeiras: “Estas são numerosas: a variedade da experiência, o testemunho pessoal de acontecimentos significantes e interessantes, ser o primeiro a saber, obter ‘informações secretas’ negadas a leigos, conhecer e, por vezes, conviver com pessoas notáveis e célebres” (BREED, 1999: 159). Kunckiz (2002) argumenta que, apesar das jornadas exaustivas e das longas horas de trabalho, “o jornalismo é um papel muito conspícuo ao qual não é fácil renunciar” (KUNCZIK, 2002: 160).

A relação dos jornalistas novatos com os mais velhos é um espelho a partir do qual os jornalistas se veem na profissão. Nas palavras de Kunczik, “na aprendizagem dos papéis de trabalho, isso significa, por exemplo, que o jornalista novato se avalia do ponto de vista que ele espera dos outros, ou seja, dos jornalistas mais experientes” (KUNCZIK, 2002: 165). Ou seja, este autor discute que o jornalista exerce um papel social, moldado pelas expectativas dos colegas e dos leitores:

A interação simbólica é muito apropriada para se estudar como o trabalho jornalístico molda a personalidade. Por isso George Herbert Mead insistiu, compartilhando um ponto de vista comum, com outros pragmatistas, como John Dewey, em que o indivíduo que dotado de uma mente e personalidade própria é um produto, e não o criador da sociedade (KUNCZIK, 2002: 165).

Desta forma, a intenção deste artigo foi mostrar práticas jornalísticas a partir da ótica de outros autores da sociologia. Entendendo o processo jornalístico como um produto da sociedade, a Teoria Organizacional buscou nas relações de trabalho as explicações para os processos e práticas noticiosas. O jornalista, então, ao exercer seu papel social consente e atua para a eficácia do sistema do qual faz parte, exercendo o espírito do capitalismo. Nessa perspectiva, a Teoria Organizacional do Jornalismo se confirma e reafirma.

### Referências

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes: 2009 Capítulos 1, e 2 post-scriptum.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. “A sociedade como realidade o jetiva”. *In: A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes: 2014.

BOLTANSKI, Luc. **Uma crítica para o presente** (entrevista concedida à Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira). Revista Plural, v.21.1. São Paulo: 2014, pp.217-230. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/viewFile/83629/86559>>. Último acesso em 14 de janeiro de 2016 às 14h46.

BREED, Warren. “Controlo social na redação. Uma análise funcional”. *In: TRAQUINA, N. (org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999, p. 91-100.

FIGUEIREDO, Pedro; SAUDINO, Fernanda. “Uso do WhatsApp na Construção das Notícias: Reflexões sobre as Teorias do Jornalismo na Era Digital”. *In: Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro, Intercom: 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes: 2014. Introdução e capítulo 1.

KUNCZIK, Michael. “Problemas relacionados com o trabalho no jornalismo”. *In: Conceitos de jornalismo*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 151-183.

SOLOSKI, J. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. *In: TRAQUINA, N. (org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999, p. 91-100.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.